

Ambiente, Saúde e Direitos Humanos

Vânia Fonseca

Como citar: FONSECA, V. Ambiente, Saúde e Direitos Humanos. *In* : SALA, J. B.; GASPAROTO, A. L. (org.). **Relações internacionais: polaridades e novos/velhos temas emergentes.** Marília: Oficina Universitária, 2010. p.137-150. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-60810-21-5.p137-150>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

AMBIENTE, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS¹

Vânia Fonseca²

INTRODUÇÃO

O processo de globalização da economia, embora tenha suas raízes no século 19, com o crescimento do comércio mundial, se manifestou mais fortemente no final do século XX, quando os avanços tecnológicos permitiram a integração dos mercados financeiros mundiais em tempo real, o que caracterizou a globalização como predominantemente financeira. Essa globalização estimulou fortemente a internacionalidade do capital, o que refletiu em processos de fusão e surgimento de enormes conglomerados financeiros. A divisão internacional da produção, também responsável por grandes fusões, alterou o sistema produtivo em todo o mundo, eliminando postos de emprego, promovendo a precarização do trabalho e o fechamento de empresas.

Concomitante a essa globalização, e vinculada a ela, agravaram-se as agressões à natureza, com aumento significativo do uso de recursos naturais, crescimento cada vez mais acelerado da degradação ambiental e reflexos indesejáveis e irreversíveis no conjunto do planeta Terra.

¹ Trabalho apresentado na mesa redonda “Meio Ambiente e Direitos Humanos” da 7ª Semana de Relações Internacionais da Unesp Campus de Marília-SP, em 27/agosto/2009.

² Pesquisadora do Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP), Laboratório de Planejamento e Promoção da Saúde (LPPS). Professora da Universidade Tiradentes (UNIT), Curso de Mestrado em Saúde e Ambiente. CEP: 49050-020, Aracaju, Sergipe, Brasil. vania@infonet.com.br

Os impactos da globalização e da crise econômica mundial de 2008-2009, assim como da degradação ambiental, ainda não estão claramente definidos. Mas o que já pode ser observado com nitidez é que as crises econômica e ambiental, juntas, estão provocando o aumento da pobreza, da degradação ambiental, do desnível entre ricos e pobres, da desesperança, da violência. E o ônus dessa crise vem recaindo sobre os mais pobres, sejam estratos sociais dentro de uma mesma região ou país, seja entre países ou grupo de nações.

Irene Khan, Secretária geral da Anistia Internacional, em seu pronunciamento na reunião das Nações Unidas sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio, colocou que, embora uma dessas metas seja reduzir a pobreza até o ano de 2015, o mundo não está caminhando nessa direção. Ao contrário, com a crise econômica e seus reflexos no desemprego e na fome, parece que a situação da pobreza extrema está sendo agravada (KAHN, 2009).

Os governantes, com o intuito declarado de minimizar os problemas relacionados à crise, vem atuando de formas distintas, embora não mutuamente exclusivas. Declarando objetivar a retomada de empregos e do crescimento econômico, governos destinam um enorme volume de recursos para socorrer os mais ricos, favorecendo, inclusive, a perpetuação das grandes empresas e conglomerados econômicos, muitas vezes supranacionais, com destaque para as instituições financeiras internacionais.

Paralelamente, esses governos parecem agir de forma a repassar responsabilidades do estado para o setor privado, quer diretamente via estímulos financeiros e outras vantagens, quer indiretamente via redução da capacidade de atendimento por parte do estado. No Brasil esse repasse de responsabilidades fica evidenciado claramente com as parcerias público-privadas, como na educação, com os vários programas de crédito educativo e crescente incapacidade de atendimento da educação pública; na saúde, com o controle dos planos de saúde e sucateamento do atendimento do Sistema Único de Saúde; na segurança, com o total descontrole da segurança pública que leva ao desespero e atos de vingança.

Alguns governos, com o intuito declarado de diminuir a pobreza, vêm desenvolvendo programas e projetos de distribuição de renda, nem sempre vinculados à remuneração do trabalho e à produção, se constituindo

em composição de renda via transferência governamental, como é o caso do Brasil, onde é crescente essa transferência, segundo estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro, (2003).

Muitos governos parecem falhar tanto na busca da solução para os problemas da economia quanto dos problemas sociais e ambientais. E, portanto, não conseguem proteger os direitos humanos, especialmente a liberdade e dignidade de fazer escolhas, o direito à segurança, inclusive alimentar, o acesso à justiça, à saúde e à educação de qualidade, à dignidade humana.

Nesses últimos anos, os direitos humanos foram, demasiadas vezes, relegados a um segundo plano, enquanto o rolo compressor da globalização desregulada passava desenfreado pelo planeta. As conseqüências são evidentes: aumentou a desigualdade, o desamparo, a marginalização e a insegurança; as vozes de quem protestava foram silenciadas de modo audacioso e impune; e os responsáveis pelos abusos – governos, grandes empresas e instituições financeiras internacionais – seguiram praticamente sem nada lastimar e sem ter de prestar contas. Os sinais de inquietação e de violência política se multiplicam. Eles vêm se somar à crise global de segurança que já existe por causa dos conflitos mortais que a comunidade internacional parece não ter capacidade ou não ter vontade para resolver. Em outras palavras, estamos sentados em cima de um barril de desigualdade, de injustiça e de insegurança que está prestes a explodir. (KAHN, 2009).

Não é possível continuar com o crescimento econômico excludente, que promove a concentração do capital e explora indiscriminadamente seres humanos e recursos naturais até o ponto de exaustão, gerando crescente empobrecimento da maior parte da população do mundo e a destruição da natureza. E esse processo de exclusão, que vem atingindo todos os países, inclusive os mais ricos, pode ser observado claramente nas zonas urbanas, que vem “inchando” com o crescimento das populações marginalizadas, habitações e infra-estrutura inadequadas, insuficiência dos serviços urbanos essenciais.

Um dos maiores e aparentemente irreversíveis reflexos desse processo de degradação ambiental, é a mudança climática global, que já vem sendo sentida em todo o planeta Terra, com conseqüências danosas em especial sobre os seres humanos de países mais pobres. No dia 29 de

maio de 2009, foi apresentado, pelo presidente do Global Humanitarian Forum, o “Relatório de Impactos Humanos: Mudança Climática – Anatomia de uma Crise Silenciosa” (“Human Impact Report: Climate Change – The Anatomy of a Silent Crisis”), que estima a ocorrência de 300 mil mortes em todo mundo a cada ano e cerca de 325 milhões de pessoas seriamente afetadas pelas mudanças climáticas. O relatório, que se constitui em alerta para a próxima reunião global sobre clima, que acontecerá em dezembro de 2009, em Copenhagen, apresenta previsão de que esses números dobrem antes de 2030, caso a tendência atual permaneça (GLOBAL HUMANITARIUM FORUM, 2009).

REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO DO BRASIL

Fruto dessa configuração mundial, o Brasil, país de contrastes, apresenta características de regiões desenvolvidas e em desenvolvimento mescladas por vezes em um mesmo espaço, reforçando a concepção de espaço dividido, idealizado pelo notável professor Milton Santos.

AS CIDADES

Essa diversidade econômica e cultural vem gerando um aumento da desigualdade nas zonas urbanas, pois a cidade reflete, em seu espaço, as condições da sociedade que abriga, e suas modificações são diretamente relacionadas com as alterações de fatores sociais, econômicos, culturais.

Assim, a cidade reflete a heterogeneidade de condições da sociedade e os conflitos entre as classes sociais e os grupos. A concentração da riqueza e a exclusão econômica se manifestam no espaço urbano, com degradação do ambiente e manifestação, na paisagem, da insegurança gerada pela explosão da violência.

O crescimento da violência urbana, embora seja sentido por toda a população e alcance quase todas as áreas, não tem distribuição homogênea por toda a cidade e se dá com especificidades quantitativas e qualitativas, com maior incidência de crimes contra a pessoa nas regiões periféricas e de crimes contra o patrimônio nas áreas centrais, mais ricas. (FRANCISCO FILHO, 2003, p. 4)

Esse avanço da violência reflete diretamente na paisagem e na morfologia urbana, com a mudança da fachada das residências devido à necessidade de colocação de grades e equipamentos de segurança domiciliar, a aceleração do crescimento de condomínios verticais com espaço de lazer integrado a eles, o surgimento de espaços residenciais isolados por muros altos e dotados de cercas elétricas, a proliferação de centros de compra e serviços (quer em galerias, quer em *shopping centers*), a mudança das unidades escolares que passam a ter áreas internas, com entrada protegida, para a parada de veículos que levam ou pegam os alunos.

Essa segregação espacial em condomínios residenciais fechados, horizontais ou verticais, se dá concomitantemente à segregação dos setores comercial e de serviços em galerias e *shopping centers* voltados para as classes média e alta, e o surgimento de hipermercados que atendem todas as classes, e que estão acoplando o atendimento de outras necessidades à venda de bens típicos desses estabelecimentos. Assim, permitem aos clientes atendimento em ambiente fechado, geralmente climatizado, com estacionamento próprio, oferecendo condições de segurança para a realização de compras com tranquilidade.

Esse fechamento espacial das atividades urbanas, ao mesmo tempo em que oferece melhores condições de acesso e utilização por parte da população que dispõe de veículo próprio, cria problemas para a população que se desloca à pé ou usa o transporte coletivo, pois as grandes extensões de muros altos tornam as calçadas locais desertos e propícios a ações de marginais. (FONSECA et al, 2007, p. 3).

Por outro lado, permanece a tendência de segregação espacial da pobreza em áreas periféricas, muitas vezes inadequadas para a construção de moradias devido ao frágil equilíbrio ambiental ou dificuldade de implantação de infra-estrutura básica. Essa segregação, que se dá muitas vezes por meio de invasão, vem também sendo provocada por atos do governo que implanta conjuntos habitacionais sem infra-estrutura sanitária, de transporte, de lazer e outras, algumas vezes até com problemas de acesso e ligação às outras partes da cidade. Ainda mais lamentável, é a utilização de áreas de preservação ambiental para a construção dessas moradias, geralmente bastante precárias, em nome da prioridade social do uso do solo.

Essa situação, além de ferir frontalmente a dignidade dos habitantes que ali se alojam, gera regiões intra-urbanas onde a violência se

instala e passa a dominar, se constituindo em território onde o poder público dificilmente pode atuar. A esse respeito, Souza (1996, p. 451) observa que:

O domínio das favelas pelo crime organizado, que cresceu no vácuo das políticas públicas, trouxe, por seu turno, dificuldades cada vez maiores às ações governamentais, seja na melhoria da infra-estrutura urbana, seja na integração social das comunidades à sociedade como um todo, provocando, cada vez mais, a fragmentação sócio-espacial da cidade.

Os problemas das cidades se agravaram bastante com o crescente contingente populacional das zonas urbanas pois, embora tenha havido mudanças na legislação urbanística brasileira ao longo do século XX, a cidade ainda é concebida como uma grande reserva de valor para empreendimentos imobiliários, não havendo preocupação com uma política de regulação social da produção da cidade. E isso se constitui em violência que atinge diretamente as classes menos favorecidas, refletindo na diminuição da solidariedade, na desesperança, no aumento da própria violência.

AS ZONAS RURAIS

Na zona rural a progressão das desigualdades também está presente, com a concentração de terras e de recursos naturais por grandes empresários, em detrimento dos pequenos produtores, fato agravado pela tendência de globalização de cadeias de comercialização, que produzem seus produtos ou privilegiam grandes empresas agrícolas. Além disso, a produção de alimentos, cada vez mais empresarial e com crescente configuração transnacional, explora indiscriminadamente os recursos naturais de solo e água do nosso país, visando basicamente a exportação, quer de produtos *in natura*, quer em produtos de agroindústria.

No Brasil, devido à sua extensão territorial, abundância de terras agricultáveis, clima tropical e disponibilidade hídrica, são encontradas condições propícias para a produção de alimentos, inclusive em áreas onde o volume e a distribuição de chuvas não favorecem o cultivo. Muitos são os perímetros irrigados e novas áreas estão sendo incorporadas à produção irrigada, especialmente ao longo da bacia do rio São Francisco, com planejamento de alcançar as áreas de outras bacias com a transposição das águas desse rio para estados do Nordeste.

A união dos recursos naturais solo e água para a produção agrícola e pecuária é inegavelmente positiva, mas a exploração indiscriminada e falta de cuidados com a conservação do solo e o aproveitamento mais racional dos recursos hídricos se constitui em problema comum em perímetros irrigados. Isso se deve, muitas vezes, à uma conjugação de fatores que levam ao insucesso do empreendimento: falta de capacitação dos pequenos agricultores para a produção irrigada e ausência de fiscalização para coibir a atuação desonesta de “assentados profissionais”, que recebem um lote e logo depois “vendem” para outros agricultores. E muitos dos perímetros irrigados, implantados com recursos públicos para beneficiar os pequenos produtores rurais, acabam por ter os pequenos lotes fundidos em estabelecimentos maiores, explorados por médios agricultores.

Ainda, como característica da zona rural, observa-se o grande número de assentamentos rurais de grupos de agricultores rurais sem terra, o que vem sendo propalado como reforma agrária. Mas esses assentamentos geralmente não recebem o necessário apoio de assistência técnica rural ou crédito adequado e, especialmente na porção semi-árida do Brasil, os assentamentos muitas vezes são realizados em terras impróprias à agricultura, que demandariam grande volume de investimentos para se tornarem produtivas.

Esse conjunto de fatores da zona rural, aliado a outros, faz com que a população ali residente se transfira para as cidades em busca de sustento (HASHIZUME, 2009), o que acaba por refletir nas zonas urbanas, que recebem contingentes populacionais sem qualificação profissional e sem condições de geração de renda, criando outra série de problemas, com destaque para a pressão na demanda por serviços públicos, o aumento da marginalidade, a ocupação de áreas inadequadas à construção de habitações e degradação ambiental.

O AMBIENTE E A SAÚDE HUMANA

A ampliação do entendimento referente a eventos do ambiente natural e social sobre a saúde humana tem estimulado a realização de estudos cada vez mais numerosos, tanto envolvendo a dinâmica geográfica, uso do solo e utilização das terras, quanto aqueles mais voltados para as condições do ambiente natural e os relacionados ao ambiente social.

As mudanças, cada vez mais rápidas e poderosas, aliadas ao desenvolvimento tecnológico, possibilitam formas de transporte, de comércio e de negócios cada vez mais intensas e eficientes, desencadeando rápidas e significativas alterações na sociedade e na natureza. Essas mudanças, aliadas à comunicação, que pode se dar em tempo real, trazem como consequência a circulação de uma quantidade incrivelmente grande de informações que, muitas vezes, geram expectativas sem base de sustentação quanto ao atendimento potencial, geram medos, incertezas, angústias e todos os seus reflexos, especialmente aqueles associados ao estresse, afetando a saúde da população e mudando os padrões epidemiológicos de forma rápida e muitas vezes irreversível.

O ambiente de trabalho e o conjunto de condições para o seu exercício também devem ser considerados, não apenas com relação ao esforço da atividade laboral, a salubridade, a lesões por movimentos repetitivos, hoje conhecidas por distúrbios ósteo-musculares relacionados ao trabalho. Deve ser considerado o aumento no nível de exigência fruto da reengenharia do setor produtivo que ao “enxugar” a estrutura administrativa exige crescente diversificação da qualificação dos seus empregados, acompanhada do concomitante aumento de responsabilidades. Ainda, deve ser considerado o processo de precarização do trabalho que vem se ocorrendo desde o final do Século XX, que ao lado da exigência de maior diversificação na qualificação da mão-de-obra e de aumento das responsabilidades, restringe benefícios e vantagens existentes anteriormente, o que gera insatisfação e revolta.

Ainda, as mudanças ambientais na natureza e na sociedade, vêm urbanizando doenças antes restritas a regiões de matas, vêm permitindo a disseminação de doenças entre regiões, entre nações e até entre continentes de forma extremamente rápida. A grande mobilidade dos vetores permite, também, a mutação cada vez mais veloz dos agentes das doenças infecto-contagiosas (FERREIRA, 2003). As epidemias se sucedem com intervalos cada vez menores e a ameaça de pandemias torna-se cada vez mais séria.

Os reflexos da interação saúde e ambiente, inclusive com relação às doenças infecto-contagiosas, não atingem os seres humanos de forma homogênea. São bastante diferentes as condições de enfrentamento das ameaças porque divergem os fatores relacionados à exposição-risco, resistência orgânica, acesso à prevenção, aos serviços de saúde e ao uso de

medicamentos, dentre muitos outros. Estudo de Szwarcwald (1999) aponta forte relação entre desigualdade de renda e situação de saúde:

Os padrões de desigualdade de renda foram avaliados por meio do índice de Gini, do índice de Robin Hood e da razão da renda média entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres. Os resultados evidenciam correlações significativas dos indicadores de desigualdade de renda com todos os indicadores de saúde, demonstrando que as piores condições de saúde não podem ser dissociadas das disparidades de renda. Para os homicídios, a concentração de indivíduos residentes em favelas se mostrou relevante, sugerindo uma piora adicional das condições de saúde através da deterioração das interações comunitárias e do aumento da criminalidade. A análise geoepidemiológica aponta para o vínculo entre as piores condições de saúde e a concentração residencial de pobreza. (SZWARCWALD 1999, p. 15).

Os serviços de saúde, de educação, de transportes, de infraestrutura física urbana, de saneamento básico, ofertados com notáveis diferenças de qualidade e de forma bastante heterogênea nas regiões urbana, intra-urbana e rural, estão ligados diretamente às condições de saúde e tendem a ter a sua demanda bastante reprimida em áreas com maior densidade populacional, o que reforça a relação entre concentração residencial da pobreza e piores condições de saúde.

REFLEXOS A NÍVEL GLOBAL

Essas características das zonas urbanas e rurais e do ambiente natural e social observadas para o Brasil, parcialmente se repetem em vários países e são agravadas, em muitos deles, pelo aumento da população, que se dá de forma bastante heterogênea para os 230 países listados no censo das Nações Unidas. Alguns países apresentam crescimento bastante acelerado da população, como boa parte dos países pobres, principalmente da África, Indonésia, Oriente Médio e Ásia, enquanto que outros apresentam índices negativos de crescimento populacional como Japão e Alemanha, ou índices bastante baixos como Noruega, França e Suécia (UNITED NATIONS, 2007). Analisando-se os fatores de crescimento dos países, observa-se que alguns deles só não têm crescimento negativo devido ao incentivo à imigração, como o Canadá, enquanto que outros

apresentam taxas negativas ou muito baixas devido à saída de população por emigração, como a Rússia e Cuba.

Na América Latina, embora os índices de crescimento percentual não sejam homogêneos, não se observa crescimento negativo a não ser em Cuba (-0,01), em alguns outros pequenos países da América Central e na Guiana (-0,22). Os demais países, variam entre 2,41% como é o caso da Guiana Francesa, e 1,00%, como o Chile e a Argentina (UNITED NATIONS, 2007).

O crescimento desigual tende a fazer aumentar a distância entre os países ricos e industrializados, como os Estados Unidos, os emergentes como a China, e países pobres e dependentes da produção agrícola em moldes tradicionais como é o caso do Mali, especialmente com o crescente aquecimento global, que provavelmente inviabilizará, a curto ou médio prazo, a produção agrícola sem base tecnológica significativa.

Estimativas para meados do Século XXI apontam que triplicará a população dos países asiáticos como Afeganistão, países da região do Shael - porção subsaariana - como a Libéria, Uganda, Burundi, Chade e Congo, apesar das altas taxas de mortalidade, pois elas são compensadas pelas taxas de natalidade persistentemente altas. Com o crescimento acentuado desses países deverá ser alterada a distribuição da população mundial, que hoje está com 75% das pessoas habitando países subdesenvolvidos e vivendo com menos de dois dólares por dia (UNITED NATIONS, 2007).

O grande crescimento de países asiáticos e africanos, embora faça aumentar bastante o contingente populacional do planeta, não promoverá um aumento proporcional de consumo, mas pressionará a demanda mundial por bens e serviços necessários para o enfrentamento do aumento da fome, das doenças, da violência. Essa pressão da demanda mundial deverá afetar ainda mais forte e aceleradamente o ambiente natural, pela necessidade de aumento da produção de alimentos e de matéria prima, pois a segurança alimentar é fundamental para o controle das doenças e da violência.

Deve ainda ser considerada a crescente tendência de uso de biocombustíveis, cujas matérias primas são produzidas em grandes plantações, em detrimento da produção de alimentos e insumos para a

indústria alimentícia, o que se torna um risco para a segurança alimentar assim como risco ambiental, uma vez que estão sendo desmatadas terras da floresta amazônica e da mata atlântica para o cultivo de matérias primas para fabricação de biodiesel e álcool (FONSECA; MARQUES, 2007; FONSECA; MARQUES; VIEIRA, 2008).

De outro lado, o crescimento populacional dos países ricos, embora muito menos significativo, aliado ao desenvolvimento tecnológico, deverá refletir em aumento de consumo de bens e produtos, o que exigirá maior exploração dos recursos naturais e maior consumo de energia, com todos os problemas daí decorrentes. A divisão internacional da produção, fruto da globalização do capital e do trabalho, deverá ser acentuada, visando o atendimento das demandas que serão geradas, a não ser que uma nova ordem mundial seja estabelecida.

A globalização, ainda em processo, vem encontrando resistência por parte de alguns países e reações bastante fortes especialmente dos países muçulmanos que abrangem cerca de um quarto de todos os países do mundo e quase metade da população mundial (UNITED NATIONS, 2007). Em outros países, como no Brasil, parece co-existirem dois grupos básicos de reação ao processo de globalização da economia e às importações: resistência devido à perda de postos de trabalho e aceitação da oportunidade de negócios mais lucrativos ou preços mais acessíveis independentemente dos prejuízos à indústria nacional e das condições de exploração da mão-de-obra e da falta de controle de qualidade nos países exportadores.

Os resultados da reunião do Fórum Social Mundial, realizado em Belém do Pará no início de 2009, apontam o descontentamento dos países latino-americanos com o processo de globalização e seus reflexos negativos nos seus processos produtivos e nas suas culturas. A produção em larga escala de países como a China e Taiwan, além de sobre-explorar os trabalhadores e aviltar os direitos humanos, se constitui em ação antagônica àquela preconizada pela Agenda 21, que visa a sustentabilidade do ambiente e da sociedade e a manutenção da cultura e do modo de vida local. Nessa mesma reunião, os presidentes da Bolívia, Evo Morales, do Equador, Rafael Correa, da Venezuela, Hugo Chavez, do Paraguai, Fernando Lugo e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, se fizeram presentes e mostraram estar em sintonia quanto à necessidade de uma união dos países latino americanos como forma de defesa contra a dominação do capital globalizado (SADER, 2009).

Os presidentes dos países latino-americanos parecem ser unânimes no entendimento da situação preconizada por Milton Santos (2000), que já não é mais possível manter coesa e democrática as sociedades onde coexistem processos como a multiplicação geométrica da riqueza financeira, o aumento da degradação do ambiente natural, o crescimento do desemprego e da exclusão social, enquanto o Estado, submetido a periódicas sangrias fiscais, perde paulatinamente a sua capacidade de responder aos novos desafios sociais criados pelo aumento da miséria.

Esse conjunto de fatores do ambiente natural e do ambiente social, onde se inclui a dimensão política, vem provocando reações dos países que se sentem excluídos das tomadas de decisão quanto aos rumos da globalização e feridos na promoção dos direitos humanos, o que estimula a formação de blocos de países em desenvolvimento como resistência ao avanço da globalização e como proteção da autonomia nacional e promoção do desenvolvimento humano que, fundamentalmente é a promoção dos direitos à vida digna, com saúde e segurança. A esse respeito deve ser citada a posição externada por Milton Santos no final do Século XX:

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. Os pobres não se entregam e descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta; a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia. (SANTOS, 2000, p. 142).

Assiste-se, assim, o delineamento do agravamento das tensões políticas e econômicas internacionais que, além de indicarem uma forma de ameaça à globalização, ultrapassam a idéia de desglobalização, pois outros atos dos presidentes americanos, especialmente de caráter socializante, levam à hipótese de estar se estruturando uma forma de organização bem mais forte entre os países da América Latina, que pode ser considerada como uma “globalização regional”.

E isso pode não ser restrito à América Latina. É possível que esteja sendo gestada uma nova forma de organização por outros grupos de

países que se sentem em desvantagem e ameaçados pela globalização. Neste caso, poderá ocorrer uma espécie de reglobalização, com formação de grupos regionais ou países agrupados por condições sócio-econômicas.

Essa mudança radical pode ser apenas uma questão de tempo, de um estopim desencadear uma reação em cadeia e, a partir de então, a configuração mundial sofrerá alterações profundas e, provavelmente, irreversíveis.

REFERÊNCIAS

AEB. Incertezas e perspectivas da economia mundial. *Informativo do comércio exterior*. Associação do Comércio Exterior do Brasil. Abril 2009. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/Incertezas_e_perspectivas_da_economia_mundial.pdf>. Acesso em 29 maio 2009.

BBC. Líderes do G20 aprovam plano global. *BBC Para África.com*. 02 Abril, 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2009/04/090402_g20summitendsvg.shtml>. Acesso em: 08 maio 2009.

DW-WORLD.DE. Fórum Econômico de Davos chega ao fim: crise continua. *Deutsch Welle*. Economia. 01 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.dw-orld.de/dw/article/0,,3994172,00.html>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

FERREIRA, M. E. C. Doenças tropicais: clima e a saúde coletiva. Alterações climáticas e a ocorrência de malária na área de influência do reservatório de Itaipu, Paraná. *Terra Livre*, v.2, n. 20, p. 179-191, jan/jul 2003.

FONSECA, V.; MARQUES, V. T.; DANTAS, S. C.; SILVA, R. O. Urban design and security. Aracaju: closed condominiums and increase in violence. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN FORM. 15. Ouro Preto, 29 August-1 September 2007. *Anais...* Ouro Preto, 2007.

_____. ; _____. Fruticultura e biodiesel no Nordeste Brasileiro: vocação exportadora e reflexos na produção de alimentos. In: FÓRUM DO MERCOSUL. 2007. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2007.

_____. ; _____. ; VIEIRA, L. V. L. Biodiesel e produção de alimentos no Nordeste Brasileiro: reflexão necessária. In: CONFERÊNCIA DA TERRA - FÓRUM INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2008, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008. v. 1. p. 671-678.

GLOBAL HUMANITARIUM FORUM. *Climate change responsible for 300,000 deaths a year*. 29 May 2009 - Press Release. Disponível em: <<http://www.ghf-geneva.org/index.cfm?uNewsID=157>>. Acesso em: 4 fev. 2009.

HASHIZUME, M. Impasses globais e realidade local se fundem nas discussões. *Reporter Brasil*. 20 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1499>>. Acesso em: 04 fev. 2009.

KHAN, I. A crise não é só da economia, é dos direitos humanos. *Informe 2009 – Anistia Internacional: o estado dos direitos humanos no mundo*. Introdução. Disponível em: <<http://thereport.amnesty.org/pt-br/introduction>>. Acesso em: 30 maio 2009.

OECD. Labour Force Statistics (MEI). *Stat Extracts*: complete databases available via source OECD Library. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/wbos/Index.aspx?DatasetCode=MEILABOUR>>. Acesso em: 31 maio 2009.

PARLAMENTO EUROPEU. *Reunião do G20*: textos aprovados. Estrasburgo, Sexta-feira, 24 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+20090424+ITEMS+DOC+XML+V0//PT&language=PT#BKMD-13>>. Acesso em: 19 abr. 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. software@2003 – ESM Consultoria. Dados@2003 – PNUD. Versão 1.0.0. 1 CD-ROM.

SADER, E. Balanço do Fórum e do outro mundo possível. *Carta Maior*. 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15599>. Acesso em: 20 fev. 2009.

SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização*. do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

_____. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUZA, M. L. As drogas e a “questão urbana” no Brasil: a dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 419-468.

SZWARCWALD, C. L.al. Desigualdade de renda e situação de saúde: o caso do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 15-28, jan., 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1999000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2009.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Population Division World Population Prospects: The 2006 Revision, Highlights, *Working Paper*, n. SA/P/WP.202, 2007.